



LEI

LEIS 2.481-2.488-2.493 E 2.495



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

L E I Nº. 2.493, de 02 de janeiro de 2020

Altera a Lei Municipal nº. 2.344, de 30 de dezembro de 2015 – Código de Obras do Município de Itabuna, na forma que indica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 108 da SUBSEÇÃO I – DOS PASSEIOS, da SEÇÃO VI – DAS OBRAS COMPLEMENTARES do CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES GERAIS DAS OBRAS, da Lei Municipal nº. 2.344 de 30 de dezembro de 2015 – Código de Obras do Município de Itabuna, sofrerá modificação em sua redação original, passando, doravante, a vigorar com a redação desta Lei e na forma seguinte:

“ (...)

**CAPÍTULO IV
DAS CONDIÇÕES GERAIS DAS OBRAS
SEÇÃO VI
DAS OBRAS COMPLEMENTARES
SUBSEÇÃO I
DOS PASSEIOS E CALÇADAS**

Art. 108. Serão exigidas construção e manutenção de passeios e ou de calçadas, em toda a frente de terrenos localizados em logradouros públicos providos de meios-fios por parte dos proprietários ou possuidores, com padrão estabelecido pela prefeitura, que regulamentará a matéria.

§ 1º. Todos os projetos submetidos à aprovação junto ao Município de Itabuna deverão ser analisados em conjunto com os passeios públicos e ou calçadas, esta quando for o caso, ou de uso comum, constando suas características construtivas, especificações e dimensões nas plantas do projeto arquitetônico.

§ 2º. O piso das calçadas e ou dos passeios de que trata o caput deste artigo devem ter superfície regular, ser de material resistente, firme, estável, antitrepicante e antiderrapante, sob qualquer condição climática, contínuos, sem mudanças abruptas de nível ou inclinações que dificultem a circulação.

§ 3º. Na hipótese de existir mudanças abruptas na linha natural do perfil da via e ou logradouro público, o interessado submeterá um projeto à Prefeitura para adequação.

Prefeitura Municipal

Av. Princesa Isabel, 678 – Centro Administrativo Municipal Firmino Alves – São Caetano



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 4º. Nos logradouros novos a largura dos passeios deverá seguir padrão mínimo estabelecido no Plano Diretor.

§ 5º. Em nenhuma hipótese será tolerada a inclusão de degraus ou desníveis na interligação de passeios e ou calçadas, contíguos, qualquer situação de diferença de nível pré-existente deverá ser equalizada com o uso de rampas, executadas conforme orientação do órgão municipal responsável.

§ 6º. O nível de referência dos passeios públicos e ou calçadas é determinado pela face superior do meio-fio, o qual, sob hipótese alguma, poderá ser encoberto pela pavimentação do passeio.

§ 7º. Qualquer remoção ou alteração nos níveis dos meios-fios deverá ser precedida de autorização expressa do poder público.

§ 8º. Todo equipamento permanente a ser instalado em passeios e ou de calçadas, deverá ser circundado por piso tátil, sensível ao contato de pessoas com deficiência visual.

§ 9º. O Piso Tátil de que trata o parágrafo anterior deste artigo, deve observar além do disposto no Código de Posturas do Município de Itabuna e as normas da ABNT, as seguintes diretrizes:

I - conter piso tátil de alerta em faixa com largura mínima estabelecida nesta Lei, em cor contrastante do restante do piso e dos equipamentos públicos;

II - conter piso tátil de alerta nas bordas dos rebaixos de meio-fio, para garagens ou rampas, e antes do início, e após o término do rebaixo, no sentido transversal do passeio e ou calçada, em toda a sua largura, em faixa com largura mínima estabelecida nesta Lei;

III - conter piso tátil de alerta direcional, quando da ocorrência de alargamentos de passeio, centralizado na faixa de percurso, com inserção de piso tátil de alerta, quando houver mudanças de direção no passeio.

§ 10. As tampas de registros de água, caixas de inspeção de esgotos, telefonia, energia elétrica, internet, drenagem pluvial e das demais instalações localizadas nos passeios não devem ter frestas maiores que o estabelecido nesta Lei, e devem estar fixadas e devidamente niveladas na altura dos pisos dos passeios e ou calçadas;

§ 11. Obrigatoriamente nos casos de projetos aprovados e obras licenciadas após a aprovação da presente Lei, estas tampas devem estar localizadas junto ao alinhamento predial, na faixa de interferência dos prédios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 12. Para possibilitar a construção de rampas nos passeios e ou calçadas, localizadas nas esquinas, poderão ser construídos alargamentos nestes espaços, denominados "orelha" ou "meia-orelha", desde que com projeto aprovado pelos órgãos municipais competentes, observados os raios necessários à circulação de veículos, conforme o sistema de trânsito implantado e a hierarquia da via no sistema viário.

(...)"

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei ocorreram por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementada se houver necessidade.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, na forma do art. 107 da Lei Orgânica deste Município, devendo o Poder Executivo promover a publicação da Lei Municipal nº. 2.344, de 30 de dezembro de 2015 – Código de Obras do Município de Itabuna, com a indexação das alterações promovidas por este Diploma Jurídico.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 02 de janeiro de 2020.

FERNANDO GOMES OLIVEIRA
Prefeito

MARIA ALICE ARAÚJO PEREIRA
Secretária de Governo